WINNICOTT, D.W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1971.

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS E SEUS DESAFIOS

GISELE BRANDÃO DA SILVA LOPES

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender a inclusão escolar e seus desafios atuais. Para isso, inicialmente tentou-se analisar a educação especial no contexto atual, o que seria este conceito e como ele é entendido. Logo após, verificou-se o histórico da pessoa com deficiência na sociedade, para assim entender a posição deste grupo no decorrer dos anos, percebendo que sua história foi marcada por preconceito e muitos tabus. Algumas leis que garantem o acesso e permanência de crianças com necessidades educacionais especiais na escola também foram observadas, bem como conferências e seminários importantes, como a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994). Finalmente, foi possível constatar que os principais desafios atuais da educação inclusiva, que de acordo com os autores estudados, são o espaço escolar e a capacitação profissional.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Necessidades Educacionais Especiais. Desafios da Inclusão Escolar.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o conceito de educação especial vem ganhando força, especialmente porque a cada dia, apesar do preconceito ainda existente, a pessoa portadora de deficiência está ganhando cada vez mais espaço em nossa sociedade. Hoje, é comum vermos pessoas com deficiência atuando no mercado de trabalho, assumindo cargos públicos, bem como sendo capazes de se locomover com autonomia, ainda que com dificuldade, graças a acessibilidade no transporte e mesmo as tecnologias de informação. Atualmente, programas e aplicativos auxiliam pessoas com deficiência das mais impensáveis maneiras: graças a eles, pessoas com deficiência visual são capazes de acessar a internet e ter acesso a todo seu conteúdo, deficientes auditivos conseguem se comunicar não apenas através da libras, mas também se utilizando de aparelhos cada vez mais tecnológicos, deficientes físicos e mentais tem recursos diversos a sua disposição... embora seja do conhecimento de todos que ainda falta muito para que haja igualdade social com relação as pessoas com deficiências em nossa sociedade, é possível perceber que a inclusão tem dado passos largos na atualidade. Desta forma, a escola também precisa focar-se em garantir o melhor desenvolvimento do indivíduo para que assim, eles estejam prontos para exercer ativamente seu papel social.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO ATUAL

A educação especial é a área da educação responsável pelo atendimento aos alunos com deficiência, denominados como alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). São considerados pessoas com necessidades especiais aqueles que, por alguma diferença no desenvolvimento esperado para aquela faixa etária, requerem adaptações em sua rotina cotidiana e em seu contexto escolar, tendo necessidade de um Atendimento Educacional Especializado (AEE). O conceito de inclusão visa alcançar o desenvolvimento pleno da criança, inserindo-a não apenas em uma escola especializada, mas também numa escola de ensino regular onde o convívio com as demais crianças seja possibilitado.

A educação especial é essencial para a sociedade, pois a própria diversidade em si, já é um contexto educativo, dentro de um modelo de educação que tem por objetivo a formação integral da criança. Assim, a educação especial beneficia tanto a criança portadora de deficiência que poderá usufruir de todas as vantagens do ambiente escolar, quanto as demais crianças que desde cedo aprenderão a lidar com as mais diversas diferenças, adquirindo assim, valores como respeito e empatia, tão necessários ao convívio social, especialmente numa sociedade tão individualista. Isso por que, para que a inclusão aconteça, não basta que o aluno esteja inserido em sala de aula: é necessário que ele seja parte daquele grupo, e que seja visto acima de tudo como uma pessoa, independente do quão extenuante seja a deficiência que tenha.

Com relação mais especificamente a inclusão, esta pode ser entendida como um conjunto de ações que visam o combate à exclusão aos benefícios da vida em sociedade por motivos diversos, entre eles a existência de deficiência (física ou mental).

O conceito de inclusão tem como objetivo oferecer oportunidades de acesso a bens e serviços a todos, além da valorização do ser humano livre de paradigmas, esperando-se que todos tenham as mesmas oportunidades na vida, tornando a sociedade um lugar viável para a convivência de todos, independente de suas limitações ou necessidades.

A Inclusão Social orientou a elaboração de políticas e leis na criação de programas voltados ao atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais, criando assim mecanismos que adaptem tal pessoa aos sistemas sociais comuns. Assim, a sociedade vem se modificando, abrindo espaços conforme as necessidades de adaptação especificas para cada pessoa com deficiência para que assim sejam capazes de interagir naturalmente no meio social. Desta forma, a pessoa com deficiência passa a ser vista por seu potencial, suas habilidades e outras inteligências e aptidões.

A proposta de inclusão de alunos portadores de necessidades especiais é garantida pela Legislação Educacional Brasileira. Entretanto, a inclusão com qualidade de educação e garantia de direitos ainda é um sonho a ser alcançado, no qual várias mudanças ainda serão necessárias, tanto estruturais e pedagógicas quanto na capacitação de professores para lidar com situações corriqueiras em sala de aula.

Para que de fato os benefícios da educação inclusiva se tornem realidade, são necessárias diversas observações e modificações no sistema educacional regular, entre elas, a especialização dos profissionais envolvidos, a adaptação curricular e a acessibilidade, conforme estaremos verificando adiante.

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA

Se hoje ainda é possível percebermos o preconceito frente às diferenças, nos tempos primórdios a acepção de pessoas com deficiência era ainda maior e de forma explicita. Isto porque até então os motivos que levavam a deficiência não eram bem conhecidos e por isso muitas vezes era criado certo misticismo com relação a anomalias físicas.

De acordo com Fernandes,

A trajetória do indivíduo com deficiência é marcada por preconceitos e lutas em favor do direito à cidadania, de acordo com cada cultura dentro das sociedades. A origem do termo "cultura" refere-se ao termo latino colere que significa "cultivar", "habitar". A maneira como se origina e evolui a cultura, irá definir o processo da educação de um povo. Isso significa que cultura e educação estão associadas.

Diante desta associação entre cultura e educação, podemos entender que a educação de pessoas com deficiência era equivalente ao contexto social no qual ela era submetida na época. Estando a sociedade em constante metamorfose, podemos entender que muitas foram as interpretações frente às deficiências, tendo em vista que cada sociedade a entendia com base em sua própria cultura na época. Assim, baseando-se no que era ensinado, seja empiricamente ou nas escolas, o comportamento e as ações eram influenciados. Segundo a mesma autora, Fernandes,

[...] na história da humanidade a imagem que muitos deficientes carregavam era a imagem de deformação do corpo e da mente. Tal imagem denunciava a imperfeição humana. Há relatos de pais que abandonavam as crianças dentro de cestos ou outros lugares considerados sagrados. Os que sobreviviam eram explorados nas cidades ou tornavam-se atrações de circos. O nascimento de indivíduos com deficiência era encarado como castigo de Deus; eles eram vistos como feiticeiros ou como bruxos. Eram seres diabólicos que deveriam ser castigados para poderem se purificar. Nesse período, a Igreja se constitui como um grande aliado dos deficientes, pois os acolhiam.

Neste contexto, o cristianismo foi um tanto quanto importante para o amparo das pessoas com deficiência, pois a doutrina de amor e caridade oferecia, não só a pessoas portadoras de necessidades especiais, mas aos povos menos favorecidos e em situação de vulnerabilidade social, o acolhimento em suas instituições. A igreja ainda, combateu fortemente a prática de eliminação ou abandono de filhos nascidos com deficiências. Segundo Fernandes,

No Brasil, há também relatos de crianças com deficiência que eram "abandonadas em lugares assediados por bichos que muitas vezes as mutilavam ou matavam". Tendo em vista esse abandono foram criadas em 1726 as chamadas rodas de expostos onde as crianças eram colocadas e as religiosas as recolhiam. Essas religiosas proporcionavam alimentação, educação e todos os cuidados que necessitassem.

Com base nestas informações, podemos imaginar a forma com que as pessoas com deficiência eram tratadas neste período. Quanto a "roda dos expostos" expressão aparece na citação, tratava-se de um mecanismo utilizado para abandonar recém-nascidos que, a partir daí, ficavam sob os cuidados da instituição de caridade, na maioria das vezes igrejas ou orfanatos. Tal mecanismo era construído de forma que os pais ou aquele que abandonasse a criança não fosse visto por quem a recebia, mantendo assim a identidade anônima. Algumas eram deixadas junto a cartas ou bilhetes com identificação familiar e seu nome. Outras, sem qualquer informação, não tinham a menor ideia a respeito de sua origem. Tendo em vista as dificuldades financeiras e falta de preparo ao lidar com crianças portadoras de deficiência, muitas famílias com crianças nestas condições recorriam a roda dos expostos, sabendo que na instituição, de fato, a criança receberia alimentação e cuidados necessários. Em outros casos, a família criava a criança em casa, sem contato exterior e em total confinamento, pois a exposição da criança geraria comentários pela

sociedade da época, cuja família não estaria disposta a lidar, ou mesmo para manter seu status social, já que ter um filho com deficiência era, por diversas vezes, considerado fruto de pecados ou castigo divino.

Segundo Fernandes,

É importante ressaltar que, a partir da Revolução Industrial iniciada no século XVIII e caracterizada pela passagem da manufatura à indústria mecânica, a questão da habilitação e da reabilitação da pessoa com deficiência para o trabalho ganhou força.

Isto porque com a utilização das máquinas a vapor para produção industrial, muitos operários sofreram acidentes de trabalho, e assim, as anomalias congênitas deixaram de ser a única causa de deficiência. Desta forma, com o crescimento da população com necessidades especiais, o assunto foi ganhando cada vez mais importância. Assim, segundo Fernandes,

No século XIX finalmente percebe-se uma grande mudança para os indivíduos com deficiência. Surge uma atenção especializada e não só institucional como os hospitais e abrigos. Começam os estudos para os problemas de cada deficiência.

Com esta nova preocupação, a sociedade passou a buscar meios a fim de viabilizar o acesso da pessoa com deficiência a sociedade, e sua reabilitação par ao trabalho. Conforme afirma Fernandes:

O Século XX foi marcado por muitas mudanças de paradigmas. Ele trouxe consigo avanços importantes para os indivíduos com deficiência, sobretudo em relação às ajudas técnicas: cadeiras de rodas, bengalas, sistema de ensino para surdos e cegos, dentre outros que foram se aperfeiçoando. Notamos que a sociedade começou a se organizar coletivamente para enfrentar os problemas e para melhor atender a pessoa com deficiência. A conscientização dos direitos humanos e da necessidade da participação e integração na sociedade de uma maneira ativa se fez presente. Além disso, alguns estudos sobre a deficiência marcaram uma grande mudança em relação aos indivíduos com deficiência. [...] Portanto, no século XX, os indivíduos com deficiências começaram a ser considerados cidadãos com seus direitos e deveres de participação na sociedade; no entanto, ainda numa abordagem assistencial. Com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, iniciam-se os primeiros movimentos organizados por familiares desses indivíduos. Esses movimentos eram norteados pelas críticas à discriminação.

Com relação à inclusão na escola, não se via muitos avanços, pois até então o acompanhamento nas instituições era mais assistencial que educacional. Entretanto, até então a educação era ainda privilégio de poucos, e não apena as pessoas com deficiência, mas grande parte da sociedade não tinha acesso a ela. De acordo com Silva,

Entre as décadas de 20 e 30 o ensino primário se expandiu e se popularizou. Assim, como também o movimento da Escola Nova começou a concretizar-se no Brasil. Este movimento preocupado em reduzir as desigualdades sociais, incorporava em suas metodologias pedagógicas ações baseadas nas concepções de profissionais que trabalhavam com deficientes.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A LEGISLAÇÃO

Com base no apresentado histórico de preconceito, percebemos a necessidade de leis que protejam as pessoas com deficiência. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da família e sua qualificação para o trabalho.

Embasando o direito a educação aos portadores de necessidades especiais, art. 208 vemos a garantia de atendimento sendo estabelecida:

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

Desta forma, é possível perceber a proteção do direito de frequência a escola, protegido pela lei. Ela se torna essencial para que, ao procurar as devidas instituições de ensino, os familiares das crianças portadoras de necessidades especiais não sejam alvos de preconceito, ou não consigam inserir a criança no ambiente escolar. A este respeito, o art. 227 da mesma constituição, garante ainda meios que viabilizem a interação social.

II – Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial, ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

§2º A lei disporá sobre normas de construção dos longadouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Além destas, outras leis e declarações defendem o direito da pessoa com deficiência como cidadão, buscando tornar a escola um ambiente diversificado que oferece igualda-

de de oportunidades. Na década de 90, muitos movimentos em prol da educação inclusiva ganharam força, e muitos seminários e conferências foram organizados para discutir o direito e permanência de pessoas portadoras de deficiência na escola, a nível internacional. Entre elas, a Conferência Mundial de Educação Para Todos (1990 - Tailândia), Seminário regional sobre políticas, planejamento e organização da educação integrada para alunos com necessidades educativas especiais (1992 – Caracas, Venezuela), e a Conferência mundial de educação especial: acesso e qualidade (1994 - Espanha). Com o objetivo de promover a atenção em relação às pessoas com necessidades educacionais especiais, a Declaração de Salamanca (1994), organizada pelas Nações Unidas, é um dos principais documentos que defendem a inclusão social.

DESAFIOS DA INCLUSÃO EM ESCOLA REGULAR

De acordo com Maria,

A educação especial diz respeito ao atendimento específico de pessoas portadoras de necessidades em instituições especializadas, nesse sentido, ela tem como objetivo inserir portadores e não portadores de necessidades em salas de aula de escolas comuns.

A inclusão de crianças com necessidades educacionais na escola regular propicia um ambiente favorável à aquisição de igualdade, e assim, todos podem aprender juntos, independente de suas diferenças, limitações ou dificuldades. De acordo com Silva,

A educação inclusiva constitui uma proposta educacional que reconhece e garante o direto de todos os alunos de compartilhar um mesmo espaço escolar sem discriminação de qualquer natureza. Dessa forma, a educação especial é entendida como um campo de conhecimento e uma modalidade transversal de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realizando o atendimento educacional especializado e disponibilizando o conjunto de serviços, recursos e estratégias específicas que favoreçam o processo de escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, e na sua interação no contexto educacional, familiar, social e cultural.

Apesar das vantagens com relação à educação inclusiva, muitos são os desafios enfrentados pela escola regular para tornar este ensino, de fato, positivo para os alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Isto porque, conforme já dito anteriormente, não é suficiente inserir o aluno na sala de aula, mas necessário trabalhar para que ele se torne parte da turma. Não basta que a criança esteja na sala de aula, alheio a todos os acontecimentos, mas é crucial que ela participe e que, acima de tudo, as experiências vivenciadas em sala contribuam de algum modo para sua formação. Para atender este aluno, escola e professor precisam estar preparados, atentos à estrutura física, pedagógica e profissional. Para Maria:

A legislação é explícita quanto à obrigação das escolas de acolherem, a todas as crianças que se apresentam para a matrícula. Por outro lado, é importante que esse acolhimento não seja meramente formal e que o aluno com deficiência tenha condições efetivas de realizar integralmente suas potencialidades. Essa realização exige envolvimento e participação de toda a comunidade escolar. Para isso, é necessário prover as escolas de estruturas físicas (rampas, banheiros, mobiliárias); de pessoal de apoio especializado, como fisioterapeutas, fonoaudiólogos, professores de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e Braile (sistema de leitura e escrita elaborado para pessoas cegas).

Em muitos casos são necessárias modificações no espaço físico da escola como rampas, adaptações nas salas, corredores e banheiros, salas de recursos e demais materiais de tecnologia assistiva. Além disso, muitas vezes são necessárias adaptações curriculares e contratações de professores de apoio, que influenciam toda a equipe escolar. Os professores, também precisam acompanhar as modificações, buscando especialização profissional, repensando sua prática (pois é necessário criar um ambiente livre de preconceitos), adaptando atividades e reorganizando suas formas de avaliação de forma processual e contínua, respeitando os limites e o tempo de cada um de seus alunos. De acordo com Maria,

Um dos grandes desafios enfrentados pelas escolas, principalmente das redes públicas, é a formação de professores para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais.

Assim, podemos perceber o tamanho da responsabilidade do professor, quando falamos de educação inclusiva. Quanto as escolas públicas, o desafio é ainda maior, pois o investimento, tanto na estrutura da escola quanto na capacitação profissional, depende de verbas e dinheiro público, e sabemos que nem sempre são liberados com facilidade, embora a inclusão seja uma necessidade real. Ainda com relação a formação de professores, Maria defende que:

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a inclusão. Nessa perspectiva, devem-se assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responderem às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais. Portanto, deduzimos que os professores de-